



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS CARIACICA

**PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM CURRÍCULO E ENSINO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR:
UM ESTUDO CRÍTICO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO.**

**THE IMPLEMENTATION OF SPECIAL EDUCATION IN THE SCHOOL
CURRICULUM: A CRITICAL STUDY OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT
IN A PUBLIC SCHOOL IN ESPÍRITO SANTO.**

AZEVEDO, Felipe Contreiro
SILVA, Joice de Oliveira

RESUMO:

Este estudo analisa criticamente a implementação da Educação Especial no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola CEEFMTI Washington Pinheiro Meirelles, no Espírito Santo. O objetivo principal é avaliar a adequação do PPP às diretrizes nacionais de inclusão escolar e identificar as lacunas e desafios enfrentados pela instituição. Fundamentado em uma abordagem qualitativa, o trabalho adota a análise documental do PPP e das normativas nacionais relacionadas à educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão. A análise revela que, embora o PPP reconheça a importância da inclusão, ele carece de diretrizes operacionais sobre adaptação curricular, formação contínua dos professores e acessibilidade. A falta de recursos pedagógicos específicos e de infraestrutura adequada também são barreiras observadas. Os resultados indicam que o PPP necessita de revisões para incorporar práticas pedagógicas e organizacionais que promovam uma inclusão plena e de qualidade para alunos com deficiência. Ao final, o estudo oferece recomendações para aprimoramentos que possam fortalecer a inclusão escolar, sugerindo maior investimento em capacitação de educadores e adaptação curricular, além de um sistema de avaliação específico para monitorar o progresso dos alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: educação especial; inclusão escolar; projeto político pedagógico; acessibilidade; currículo inclusivo.

ABSTRACT:

This study critically analyzes the implementation of Special Education within the Pedagogical Political Project (PPP) of the CEEFMTI Washington Pinheiro Meirelles school, in Espírito Santo. The primary objective is to assess the PPP's alignment with national inclusion guidelines and to identify the gaps and challenges faced by the institution. Based on a qualitative approach, the study utilizes document analysis of the PPP and national regulations concerning inclusive education, such as the Brazilian Inclusion Law. The analysis reveals that while the PPP acknowledges the importance of inclusion, it lacks operational guidelines on curriculum adaptation, continuous teacher training, and accessibility. The lack of specific pedagogical resources and adequate infrastructure also presents obstacles. Findings indicate that the PPP requires revisions to incorporate pedagogical and organizational practices that promote full and high-quality inclusion for students with disabilities. The study concludes by offering recommendations for improvements to strengthen school inclusion, suggesting greater investment in educator training, curriculum adaptation, and the establishment of a specific evaluation system to monitor the progress of students with special needs.

Keywords: special education; school inclusion; pedagogical political project; accessibility; inclusive curriculum.

Introdução

No ambiente escolar, a diversidade é uma realidade observada diariamente pelos profissionais da educação, refletindo-se diretamente no trabalho dos professores. Atualmente, a educação inclusiva é um tema amplamente debatido. Neste trabalho de conclusão de curso, será feita uma análise crítica de como a Educação Especial é integrada ao currículo das escolas do Espírito Santo, com foco na escola CEEFMTI Washington Pinheiro Meirelles, localizada na cidade de Itapemirim.

A aplicação de políticas educacionais que promovem a diversidade e a inclusão de alunos que necessitam de Educação Especial é frequentemente mencionada nas diretrizes oficiais, e várias foram as conquistas ao longo dos anos, no entanto ainda existem desafios a superar para assegurar uma educação inclusiva eficaz. É necessário, portanto, examinar como as políticas e diretrizes oficiais estão sendo implementadas nas escolas do Espírito Santo, dando destaque à Educação Especial no currículo.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola é um documento fundamental para orientar a comunidade escolar na implementação de ações que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “o Projeto Pedagógico é um documento que traz unidade à intencionalidade educativa da escola, fortalece sua identidade, esclarece sua organização, define objetivos para a aprendizagem dos alunos e, principalmente, orienta como a escola trabalhará para atingi-los”.

Considerando o contexto apresentado, o problema central deste estudo consiste em investigar se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola CEEFMTI Washington Pinheiro Meirelles atende, de fato, ao que é proposto pelas legislações e diretrizes oficiais no que tange à Educação Especial. Busca-se avaliar se o documento oferece estratégias concretas e eficazes para garantir a inclusão plena dos alunos com deficiência, assegurando seu desenvolvimento e processo de ensino-aprendizagem. Embora o PPP fomenta aspectos educacionais que contemplem as diversidades, frequentemente ele apresenta instruções pouco claras, formação insuficiente para os educadores e recursos inadequados. Essa imperfeição resulta em práticas pedagógicas pouco eficazes e em um ambiente escolar com muita diversidade de transtornos, limitando a eficácia da proposta inclusiva e permanecendo a exclusão de alunos que necessitam de apoio diferenciado. Assim, o estudo visa identificar até que ponto o PPP reflete e implementa os princípios da educação inclusiva conforme as políticas nacionais, buscando compreender

onde e como o documento pode ser aprimorado para melhor atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Embora o PPP seja um documento essencial para guiar as práticas pedagógicas, a análise crítica torna-se necessária para identificar possíveis lacunas entre o que é orientado pelas diretrizes oficiais e o que é efetivamente aplicado no contexto escolar. Além disso, é fundamental compreender como o PPP pode ser aprimorado para garantir que as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos princípios da educação inclusiva, oferecendo um suporte adequado e eficiente aos alunos que necessitam de Educação Especial.

Diante desse problema, os objetivos deste estudo visam, primeiramente, avaliar em que medida o PPP da escola está adequado ao currículo nacional de Educação Especial, verificando se ele contempla plenamente as exigências e recomendações estabelecidas. Em segundo lugar, examinar o alinhamento do PPP com as políticas educacionais nacionais, identificando áreas em que o documento atende as expectativas e áreas que necessitam de melhorias. Ademais, busca-se identificar os pontos em que o PPP pode avançar, propondo recomendações para fortalecer a inclusão educacional e promovendo práticas mais eficazes no atendimento aos alunos com necessidades especiais. Por fim, o estudo pretende explorar as perspectivas futuras para a educação inclusiva na escola, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas pedagógicas mais justas e equitativas.

O presente estudo empregará uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental, centrando-se em documentos chave como o PPP da escola, além de investigar as políticas educacionais, diretrizes oficiais e legislações nacionais que orientam a Educação Especial. Ao final, o estudo proporá recomendações para o aperfeiçoamento e fortalecimento da educação inclusiva no Espírito Santo, contribuindo para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e igualitárias, que possam servir como modelo tanto localmente quanto em um contexto mais amplo no Brasil.

Teoria

A inclusão escolar, como proposta pedagógica, desafia o modelo tradicional de educação ao exigir que as escolas adaptem suas práticas, currículos e políticas para atender à diversidade dos alunos, particularmente aqueles que necessitam de educação especial. Nesse sentido, Maria Teresa Eglér Mantoan tem contribuído significativamente para o debate sobre a inclusão, ao destacar a necessidade de uma reconfiguração profunda da escola e do sistema educacional brasileiro. Segundo Mantoan (2011), a inclusão não pode ser vista apenas como a inserção física de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas sim como um processo que demanda transformações estruturais e culturais no ambiente escolar.

Mantoan (2011) aponta que a educação especial no Brasil historicamente seguiu um caminho assistencialista e segregador, em que alunos com deficiência eram frequentemente excluídos do sistema regular de ensino e colocados em instituições especializadas. Esse modelo de educação se baseava no paradigma médico, que classificava as deficiências e limitava as oportunidades de aprendizagem para esses alunos, tratando-os como incapazes de acompanhar o ensino regular. Com o advento do movimento inclusivo, particularmente nas décadas de 1990 e 2000, houve uma mudança significativa na perspectiva de como a deficiência e a diferença devem ser tratadas nas escolas, sendo essa transformação central para o debate contemporâneo sobre a implementação da Educação Especial no currículo escolar.

Já Gonzales (2005) salienta que a introdução da diversidade no currículo escolar requer uma consideração cuidadosa dos princípios e conceitos pedagógicos e organizacionais da educação que entram no ensino-aprendizagem. Segundo o autor, a educação não deve ser considerada como um campo único, mas como um ambiente que reconhece e valoriza as diferenças entre os alunos, criando estratégias que atendam às necessidades de todos, inclusive daqueles com deficiência. Para tanto, ressaltamos a importância de considerar a diversidade em geral, não como um fato, mas como princípio da estrutura da escola e do programa-estudo. Gonzalez também fala sobre a base didática e organização da execução do trabalho prático. Enfatiza a necessidade de reformas escolares que promovam a participação de todos os alunos, independentemente das suas características, através de programas flexíveis, materiais didáticos acessíveis e métodos diversos que respondam às necessidades de cada aluno. Nesse contexto, conceber um currículo significa rever métodos de avaliação, a relação entre professores e alunos e a necessidade de equidade na educação.

A partir dessa mudança de paradigma, o currículo escolar passa a ter um papel fundamental na promoção da inclusão. Como argumenta Mantoan (2011), a escola inclusiva não é aquela que apenas admite fisicamente alunos com necessidades especiais, mas sim aquela que transforma suas práticas pedagógicas para reconhecer e valorizar as diferenças. Para a autora, a escola deve ser um espaço “de todos e para todos” (Mantoan, 2017), no qual as diferenças não sejam vistas como obstáculos, mas como recursos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Assim, o currículo precisa ser flexível, adaptável e, sobretudo, atento às diversas formas de aprendizagem, contemplando as especificidades de cada aluno.

A partir dessa visão sobre a inclusão escolar, percebemos, através da análise crítica das diretrizes de Educação Inclusiva em comparação com a prática escolar, que há lacunas significativas que comprometem a efetividade do que é orientado oficialmente. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica estabelecem que a inclusão deve ser a regra e que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, devem ter acesso a um ensino de qualidade. Estas normativas enfatizam que a educação deve ser oferecida de maneira equitativa, em ambientes regulares. Entretanto, na prática, a realidade nas escolas muitas vezes contradiz esses princípios.

Um dos principais desafios é a formação de professores. As diretrizes enfatizam a necessidade de capacitação contínua para lidar com a diversidade e, embora o decreto nº 7.611 de 2011 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) de 2008 apontem a importância da formação em LIBRAS, Braille e tecnologias assistivas, muitos educadores ainda se sentem despreparados para atuar em salas de aula inclusivas. E muitas instituições ainda carecem de programas eficazes. A falta de cursos e treinamentos de ênfase na inclusão durante a formação inicial dos professores impede que eles desenvolvam as competências necessárias para adaptar o currículo às necessidades dos alunos, gerando um ensino que frequentemente se mantém na tradição, sem considerar as adaptações necessárias para um aprendizado inclusivo, conforme apontado por Mantoan (2003).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam que o currículo deve ser "flexível e adaptável". Contudo, a realidade mostra que muitos PPP's não incorporam essa flexibilidade, resultando em práticas pedagógicas que não consideram a diversidade das necessidades dos alunos. A falta de formação específica para educadores, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), impede a efetividade desse currículo adaptado.

Aditivamente, uma das propostas do PNE (Plano Nacional de Educação) é a "universalização da educação básica", mas faltam estratégias claras para integrar alunos com deficiência em suas rotinas dentro das instituições educacionais. Muitas vezes o Objetivo 4 do PNE (Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados) é frequentemente ignorado nas práticas diárias, refletindo a falta de compromisso com a inclusão.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 afirma que a educação especial deve garantir "o acesso e a permanência" dos alunos, mas essa permanência é desafiada pela ausência de acompanhamento contínuo e de mecanismos de avaliação das práticas inclusivas. Sem um monitoramento sistemático, as escolas não conseguem identificar e ajustar as lacunas existentes.

Além disso, a questão da acessibilidade física e pedagógica é crítica. Embora as diretrizes exijam adaptações, muitas instituições escolares carecem de infraestrutura adequada e de recursos didáticos adaptados. O Decreto nº 7.611 destaca que o ambiente escolar deve maximizar o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, mas sem um compromisso real das instituições em promover essas mudanças, os avanços ficam restritos ao papel. Como destaca Pereira (2018), essa ausência de condições mínimas de acessibilidade prejudica a participação plena dos alunos com deficiência, perpetuando a exclusão.

Uma outra dificuldade é a resistência à flexibilização do currículo. As diretrizes preveem que o currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos, mas, na prática, essa flexibilidade é muitas vezes desprezada e as escolas resistem a mudanças estruturais e culturais, resultando em um ensino padronizado que não leva em conta as especificidades de cada estudante. Isso cria um distanciamento entre o que está previsto na legislação e o que acontece no cotidiano escolar.

Perante o exposto, é evidente que, apesar de contar com bases jurídicas sólidas, a implementação efetiva da Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios consideráveis. Para que a inclusão deixe de ser um ideal e se torne uma realidade, é crucial que as escolas desenvolvam Projetos Políticos Pedagógicos coerentes que incorporem de maneira clara as diretrizes propostas, promovendo a constante formação dos educadores, fornecendo os recursos

necessários e adaptando o currículo. Dessa forma poderemos caminhar em direção ao objetivo de uma educação verdadeiramente inclusiva, reconhecendo e respeitando a diversidade.

Processos Metodológicos

A presente pesquisa tem como objetivo analisar criticamente a implementação da educação especial no currículo escolar, com foco no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Washington Pinheiro Meirelles, localizada na cidade de Itapemirim, estado do Espírito Santo. Para atingir esse objetivo, optou-se pela utilização da pesquisa documental como fonte de coleta de dados. A pesquisa documental, conforme destaca Merriam e Tisdell (2016), caracteriza-se pelo uso de documentos públicos, como leis, decretos, portarias, resoluções e documentos governamentais, além de registros de planejamento escolar, como o PPP, que é o foco desta investigação.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender em profundidade o fenômeno da inclusão escolar e as práticas pedagógicas relacionadas à educação especial. Essa abordagem permitirá uma investigação aprofundada das diretrizes e práticas formalmente estabelecidas pela instituição. De acordo com Bogdan e Biklen (2007), a pesquisa qualitativa busca interpretar significados e descrever fenômenos de forma detalhada, possibilitando a análise de como as políticas de inclusão são aplicadas no contexto escolar. Nesse sentido, o estudo segue uma linha interpretativa básica, com o objetivo de explorar os significados e as percepções presentes nos documentos analisados, sem a adoção de uma metodologia específica.

A análise dos dados será conduzida por meio da análise de conteúdo, método amplamente utilizado para investigar discursos em documentos escritos. Bardin (2016) ressalta que a análise de conteúdo permite uma interpretação detalhada e sistemática das mensagens, identificando padrões e significados subjacentes nos textos. Para a realização dessa análise, serão seguidas as três etapas propostas pela autora: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, será feita uma leitura inicial do PPP da escola para identificação dos temas centrais relacionados à educação especial e à inclusão escolar. Posteriormente, na fase de exploração, os dados serão codificados e categorizados, de acordo com as diretrizes e leis sobre educação inclusiva. Essa abordagem permitirá uma investigação aprofundada das diretrizes e práticas formalmente estabelecidas pela instituição.

A unidade de análise desta pesquisa é o próprio PPP da escola, que será examinado com base nas diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), bem como nos princípios

estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. A análise busca verificar como esses documentos orientadores são incorporados no planejamento pedagógico da instituição e como as práticas inclusivas são refletidas nas suas diretrizes curriculares. Essa análise permitirá avaliar a conformidade da proposta da escola com as exigências legais vigentes. A codificação dos dados levará em consideração os termos como “adaptação curricular”, “acesso universal”, e “práticas pedagógicas inclusivas”, de modo a identificar a frequência e o contexto de sua utilização.

Por fim, os resultados da análise de conteúdo serão discutidos à luz da literatura existente sobre inclusão escolar e educação especial, com destaque para as contribuições de Mantoan (2011) e Gonzalez (2005). A partir da correlação entre os dados empíricos e o referencial teórico, busca-se gerar uma compreensão crítica da efetividade do PPP da escola na promoção da inclusão de alunos com deficiência. Essa análise interpretativa permitirá identificar não apenas as lacunas e desafios existentes, mas também as potencialidades do projeto pedagógico em questão, fornecendo subsídios para reflexões sobre possíveis melhorias nas práticas de inclusão escolar.

Resultados e Discussão

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que orienta as ações educativas de uma instituição de ensino, refletindo sua identidade, objetivos e a organização do processo de ensino-aprendizagem que guiam a formação dos alunos. Elaborado de forma coletiva, envolve toda a comunidade escolar e se fundamenta nas diretrizes legais da educação nacional, bem como nas demandas específicas da instituição e de seu contexto. O PPP busca articular os aspectos pedagógicos, administrativos e sociais da escola, visando garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos. Nesse sentido, deve contemplar a diversidade presente na comunidade escolar, promovendo a inclusão de alunos com necessidades especiais e assegurando que as práticas pedagógicas sejam flexíveis e adaptadas às diferentes formas de aprendizagem, conforme proposto por Mantoan (2011). A análise do PPP da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Washington Pinheiro Meirelles visa compreender como as diretrizes de inclusão escolar são aplicadas na prática, observando a posição do documento em relação à educação especial, para compreender como a instituição aborda a inclusão de alunos com deficiência e como essas diretrizes são efetivamente implementadas no currículo escolar e a promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Diante do exposto, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Washington Pinheiro Meirelles se caracteriza como um documento estratégico, elaborado coletivamente pela comunidade escolar, com o propósito de guiar as práticas educativas da instituição. Almejando atender às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o PPP se compromete com uma educação de qualidade em tempo integral, refletindo um compromisso com a formação integral dos alunos, que inclui a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Ao aprofundar a análise, percebe-se que, embora o PPP mencione a educação especial em conformidade com a legislação vigente, carece de detalhamento sobre as práticas necessárias para garantir a inclusão efetiva. O documento ressalta a educação especial como uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ele afirma que a escola deverá garantir currículos, métodos, técnicas e recursos educativos adaptados para atender às necessidades específicas desses alunos. Além disso, prevê serviços de apoio especializado quando necessário, reforçando a ideia de inclusão em classes regulares, conforme preconizado pelo Artigo 58 da LDB.

Entretanto, apesar dessa menção à educação especial, o PPP não se aprofunda nas questões práticas relativas à implementação dessas diretrizes. Não há referências claras sobre a adaptação do currículo para alunos com deficiência, nem sobre a formação contínua e específica dos professores para atender a essas demandas, como a capacitação em LIBRAS, Braille ou o uso de tecnologias assistivas. Além disso, o documento não menciona a existência de salas de recursos multifuncionais ou o uso de materiais didáticos inclusivos, que são elementos essenciais para garantir um suporte adequado a esses estudantes.

Outro aspecto que merece destaque é a ausência de informações detalhadas sobre como ocorre o acompanhamento e a avaliação dos alunos com necessidades especiais. Embora o PPP enfatize a importância da avaliação contínua e diagnóstica, não há menção específica de como esses processos são ajustados para atender às especificidades desses alunos, o que compromete a personalização do processo avaliativo, essencial para a inclusão efetiva.

A análise do PPP revela que a escola possui uma estrutura física significativa, com diversas salas temáticas, laboratórios e outros espaços que visam atender à diversidade de cursos oferecidos. No entanto, o documento não menciona explicitamente adaptações para acessibilidade física, como rampas ou banheiros adaptados, que são essenciais para garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais. A ausência de informações detalhadas sobre

acessibilidade física pode indicar uma lacuna em relação ao cumprimento das diretrizes de inclusão que visam assegurar o acesso universal a todos os alunos, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

No que tange à formação de professores, o PPP aborda a formação contínua, especialmente em relação ao ensino em tempo integral, que exige um preparo específico. No entanto, não há menção direta à capacitação de professores para o atendimento de alunos com necessidades especiais, como preveem o Decreto nº 7.611/2011 e a Política Nacional de Educação Especial. A formação em LIBRAS, Braille e tecnologias assistivas, essenciais para a Educação Especial, não é destacada no documento, o que aponta para uma necessidade urgente de investimento nessa área, conforme defendido por Mantoan (2011). É essencial observar a formação continuada dos profissionais da educação, que deve ser uma prioridade no PPP.

Embora o documento analisado ressalte práticas pedagógicas inovadoras e diversificadas, que buscam promover a formação integral dos alunos e desenvolver competências para o século XXI, não há menção específica a estratégias de ensino adaptadas para alunos com necessidades especiais. Mantoan (2011) afirma que a inclusão não se resume à presença física dos alunos com deficiência nas escolas, mas exige práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças. Essa ausência de detalhamento sobre adaptações curriculares e metodologias inclusivas no PPP sugere um ponto a ser aprimorado.

O documento menciona a flexibilidade curricular, integrando a Base Nacional Comum e disciplinas diversificadas, mas não apresenta uma menção clara à adaptação curricular para alunos com necessidades especiais, o qual deveria estar alinhada às diretrizes da BNCC e às orientações da Lei Brasileira de Inclusão. A flexibilidade curricular é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa, como argumenta Mantoan (2017). A ausência dessa adaptação curricular específica pode comprometer a efetividade das práticas inclusivas.

O PPP também apresenta mecanismos de avaliação e acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, com práticas de avaliação diagnóstica e recuperação. No entanto, não especifica como esses mecanismos são aplicados a alunos com necessidades especiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfatiza a necessidade de avaliações adaptadas para alunos com deficiência, mas o PPP não aborda essa questão de forma explícita, o que representa uma área que necessita de maior detalhamento e adequação.

Em relação aos recursos pedagógicos, o PPP descreve a existência de laboratórios e materiais diversificados, mas não menciona a disponibilidade de recursos específicos para

alunos com deficiência, como materiais em Braille ou tecnologias assistivas. Mantoan (2003) destaca a importância de tais recursos para assegurar a participação plena dos alunos com necessidades especiais no processo de ensino-aprendizagem. A falta de menção a esses materiais adaptados no PPP indica uma lacuna que precisa ser abordada para garantir a inclusão efetiva desses alunos.

Além disso, o PPP não menciona explicitamente a existência de salas de recursos multifuncionais ou apoio especializado para alunos com necessidades especiais, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). A ausência de tais recursos pode comprometer a oferta de um suporte adequado para esses alunos, que necessitam de atendimento especializado para acompanhar o currículo regular de forma efetiva.

O documento valoriza a articulação entre a escola e a comunidade, mencionando a importância da participação das famílias no processo educacional. No entanto, não há uma menção direta sobre como essa articulação se dá em relação aos alunos com necessidades especiais e suas famílias. Mantoan (2011) destaca a importância de uma parceria ativa entre a escola e as famílias no processo de inclusão, o que deve ser reforçado para garantir que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e atentas às necessidades desses alunos.

Embora o PPP da Escola Estadual Washington Pinheiro Meirelles apresente um forte compromisso com a formação integral e a qualidade educacional, existem lacunas significativas em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais. Essas lacunas abrangem a estrutura física, a formação dos professores, a adaptação curricular, a avaliação inclusiva e o uso de recursos pedagógicos específicos.

A análise crítica realizada aponta para a necessidade de ajustes no documento, que carece de uma abordagem mais estruturada e prática sobre como a educação especial será efetivamente integrada ao ambiente escolar e quais recursos, formações e adaptações serão empregados para assegurar uma inclusão plena e de qualidade. É fundamental alinhar as práticas pedagógicas e organizacionais às diretrizes legais que promovem a educação inclusiva, conforme defendido por Mantoan e estabelecido pela legislação nacional.

O alinhamento é de fundamental importância no/para o trabalho, pois irá nortear a discussão, inclusive poderá ser uma das primeiras partes a serem lidas pelo leitor. Portanto, a apresentação deverá ressaltar os aspectos mais importantes dos dados coletados, correspondentes àqueles que se fará referência e se comentará na discussão. Deve-se ter devida atenção às normas de apresentação de tabelas e ilustrações evidenciadas (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros).

Conclusão & Perspectivas

Este estudo trouxe uma análise crítica sobre a implementação da Educação Especial no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral Washington Pinheiro Meirelles, com foco na inclusão dos alunos com deficiência. Ao examinar o PPP para avaliar se o documento oferece estratégias concretas e eficazes para garantir a inclusão plena dos alunos com deficiência, verificamos a estrutura e as práticas pedagógicas planejadas pela escola para atender às diretrizes de inclusão propostas pelas políticas nacionais e estaduais, que buscam garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

Os resultados da pesquisa mostraram que o PPP incorpora, em parte, os princípios de inclusão previstos nas legislações, refletindo um compromisso com o atendimento às diversidades. No entanto, diante do problema, podemos constatar que foram evidenciadas várias limitações nas estratégias para a inclusão plena dos alunos com necessidades especiais. Essas limitações incluem a falta de clareza e objetividade nas práticas inclusivas descritas, a ausência de recursos materiais e didáticos adaptados, e a falta de formação contínua e específica para professores que atuam diretamente com esses alunos. Tais lacunas comprometem a efetividade das práticas inclusivas e dificultam a criação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

As principais conclusões deste estudo indicam diversas lacunas e oportunidades de aprimoramento na implementação da Educação Especial no currículo da escola, conforme estabelecido no Projeto Político Pedagógico (PPP). Nesse sentido, podemos afirmar que o PPP apresenta limitações importantes para a promoção da inclusão escolar. Observou-se a falta de detalhamento nas práticas pedagógicas inclusivas e na implementação de diretrizes para adequações curriculares e métodos diferenciados, o que dificulta sua aplicação efetiva. Além disso, há insuficiência na formação dos educadores em áreas específicas da Educação Especial, como LIBRAS, Braille e tecnologias assistivas, o que compromete o preparo docente para atender alunos com deficiência. A carência de recursos e infraestrutura acessível, como rampas e salas adaptadas, e a ausência de um sistema de monitoramento das práticas inclusivas destacam a necessidade urgente de melhorias no PPP para assegurar um ambiente educacional plenamente inclusivo e acessível, conforme previsto pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Reconhecemos a importância de aprofundar nossos estudos, pois entendemos que a ausência de práticas inclusivas no PPP não implica, necessariamente, que a escola não as implemente. Ainda assim, as perspectivas para pesquisas futuras e as propostas de melhoria apontadas neste estudo destacam a necessidade de aprimoramentos significativos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para que ele atenda plenamente aos princípios de inclusão escolar. Primeiramente, é recomendado que o PPP seja revisado com um foco maior na inclusão, de modo que as estratégias e práticas pedagógicas voltadas para alunos com deficiência sejam apresentadas de forma mais clara e detalhada. Para garantir um ensino verdadeiramente inclusivo, é essencial que o documento defina com precisão as adaptações curriculares, as metodologias de ensino e os critérios de avaliação que a escola pretende adotar. Instruções bem delineadas sobre essas práticas inclusivas não apenas orientarão os educadores e gestores, mas também contribuirão para uma implementação mais consistente e equitativa das diretrizes educacionais, beneficiando o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Outro aspecto crucial identificado é o investimento na formação contínua e específica dos professores. Para que a inclusão escolar se concretize de forma efetiva, é fundamental que os docentes recebam capacitação direcionada para a Educação Especial, incluindo o aprendizado de habilidades em LIBRAS, Braille e o uso de tecnologias assistivas. Recomenda-se, portanto, que a escola promova programas de formação que preparem os educadores para lidar com as necessidades de alunos com deficiência, sensibilizando-os para as questões inclusivas e desenvolvendo competências específicas para esse atendimento. Este investimento em formação especializada é indispensável para que os profissionais se sintam preparados e confiantes em adaptar suas práticas pedagógicas, promovendo uma educação de qualidade e mais inclusiva.

O estudo também apontou a necessidade urgente de ampliação dos recursos pedagógicos e da adaptação da infraestrutura escolar para garantir acessibilidade e acolhimento a todos os alunos. A criação de salas de recursos multifuncionais, a disponibilização de materiais didáticos acessíveis e a adaptação dos espaços físicos escolares são medidas fundamentais para assegurar a plena participação dos alunos com deficiência. Além disso, é vital que a implementação desses recursos e adaptações seja acompanhada de uma política de manutenção e atualização periódica, para que os materiais e equipamentos atendam de maneira contínua e eficaz às necessidades dos estudantes, promovendo assim um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de um sistema estruturado para o monitoramento e a avaliação das práticas inclusivas. A criação de um sistema de avaliação

específico é essencial para a promoção da melhoria contínua no processo de inclusão escolar, pois permitiria a identificação de dificuldades e progressos dos alunos com necessidades especiais e possibilitaria um retorno constante sobre a eficácia das estratégias de inclusão adotadas. Este monitoramento ativo contribuirá para o desenvolvimento de ações corretivas e para a adaptação constante das práticas pedagógicas, de maneira que se mantenham alinhadas tanto com as diretrizes legais quanto com as reais necessidades dos alunos.

Por fim, a inclusão escolar é um campo em constante transformação e, portanto, exige investigações contínuas que acompanhem sua evolução. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise de PPPs em diferentes contextos escolares, comparando as práticas inclusivas em escolas de variadas regiões e níveis socioeconômicos. Um ponto especialmente relevante para investigações adicionais seria o impacto da formação dos professores na qualidade da inclusão, bem como o efeito das práticas inclusivas no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência. Estudos comparativos entre escolas que implementam diferentes níveis de recurso e formação para a inclusão podem oferecer compreensões sobre os fatores que mais influenciam a efetividade das políticas inclusivas, contribuindo assim para o aprimoramento contínuo deste importante campo educativo.

Em síntese, concluímos que, embora o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola CEEFMTI Washington Pinheiro Meirelles demonstre uma intenção clara de promover a inclusão, ainda há desafios significativos a serem superados para que a prática inclusiva se torne efetiva e plenamente realizável. A integração da Educação Especial no currículo escolar enfrenta dificuldades relevantes, especialmente no que se refere à adaptação curricular, à formação especializada dos educadores e à acessibilidade física e pedagógica.

Para que o princípio de uma educação inclusiva seja de fato alcançado, o PPP precisa consolidar-se como um verdadeiro agente de transformação, guiando a instituição na implementação de práticas pedagógicas que respeitem, celebrem e atendam às necessidades da diversidade. Esse fortalecimento do PPP, ao estabelecer diretrizes práticas e adaptadas, poderá contribuir decisivamente para uma escola mais inclusiva, onde cada aluno, independentemente de suas necessidades, possa desenvolver-se integralmente e participar de um ambiente educacional justo e acolhedor.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e a contribuição de muitas pessoas e instituições, às quais expressamos nossa profunda gratidão.

Primeiramente, agradecemos ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), por nos proporcionar uma formação de qualidade, incentivando a pesquisa, a reflexão crítica e o compromisso com uma educação inclusiva. Agradecemos aos professores e colegas que, com seus ensinamentos e apoio, contribuíram para nosso desenvolvimento acadêmico e pessoal ao longo deste percurso.

Nosso sincero agradecimento também vai para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral CEEFMTI Washington Pinheiro Meirelles. A oportunidade de estudar o Projeto Político Pedagógico da instituição e analisar suas práticas foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Somos gratos à direção e à equipe pedagógica que nos receberam com tanta disponibilidade.

Agradecemos ainda a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a nossa formação. Cada apoio, conselho e incentivo nos ajudou a chegar até aqui. Aos nossos familiares e amigos, nosso muito obrigado pelo carinho, compreensão e suporte incondicional em todos os momentos.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, dedicamos nossa gratidão e reconhecimento.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência Regional de Educação de Cachoeiro de Itapemirim. **CEEFMTI “Washington Pinheiro Meirelles”. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Projeto Político-Pedagógico.** 2019-2022. Itapemirim, ES: [s.n.], 2022.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de et al. **Colóquio: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Inclusão (Brasília), v. 4, p. 18-32. 2008. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52471/1/2008_art_rvfigueiredocrbaptista.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Trad. Ernani Rosa - Porto Alegre: ArtMed Editora, 2002, pág. 59-65.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições**. Revista IBICT, Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.37-46, jan./jun. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. La Nouvelle Revue de L'ais, Lyon, v. 19, p. 129-137, 2003.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2021.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Felipe Contreiro Azevedo. Superior em ciências contábeis, complementação pedagógica com habilitação em matemática, auditor fiscal de tributos na Prefeitura Municipal de Marataízes, professor de Matemática em uma escola privada e professor de Educação Técnica Profissionalizante em uma escola estadual.

Contribuição de autoria: autor

Joice de Oliveira Silva. Bacharelado em Publicidade e Propaganda, com complementação pedagógica e licenciatura em Letras – Inglês, professora particular de Inglês e professora de Educação Técnica Profissionalizante em duas escolas estaduais, ministrando disciplinas no itinerário técnico de Marketing.

Contribuição de autoria: autor

FELIPE CONTREIRO AZEVEDO
JOICE DE OLIVEIRA SILVA

A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UM ESTUDO CRÍTICO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Trabalho Final de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Currículo e Ensino na Educação Básica do Instituto Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Currículo e Ensino na Educação Básica.

Aprovado em 14 de Dezembro de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ALDIERIS BRAZ AMORIM CAPRINI**
Data: 09/01/2025 10:40:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Aldieris Braz Amorim Caprini
Instituto Federal do Espírito Santo
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA NASCIMENTO RIBEIRO**
Data: 08/01/2025 16:34:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Flávia Nascimento Ribeiro
Instituto Federal do Espírito Santo
Membro da banca avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **NADIA JULIANA RODRIGUES SERAFIM**
Data: 20/12/2024 09:40:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Nadia Juliana Rodrigues Serafim
Secretaria de Educação de Serra- ES
Membro da banca avaliadora